



# Anais da Assembléia

Nº 109

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 03 DE OUTUBRO DE 1983

ANO IX

## Resolução:

### RESOLUÇÃO Nº 55/83

DATA: 03 de outubro de 1983.

**SÚMULA:** Estabelece que a dotação consignada no Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, destinada à Subvenção Social, será aplicada por indicação dos Senhores Deputados, conforme estipula.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — A dotação consignada no Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, destinada à Subvenção Social, será aplicada, por indicação dos Senhores Deputados, nos termos do estabelecido nesta Resolução.

Art. 2.º — O Deputado indicará a aplicação do seu crédito, para atender as seguintes despesas:

I — Subvenções e instituições privadas;

II — Auxílios a pessoas carentes na aquisição de material e serviços assim especificados:

- a) passagens e mudanças;
- b) medicamentos, hospitalares, cadeiras de rodas, aparelhos ortopédicos, aparelhos auditivos e visuais;
- c) serviços funerários;
- d) material didático;
- e) equipamentos de trabalho;
- f) material de cama, agasalho e alimentação;
- g) hospedagens e refeições; e
- h) serviços essenciais prestados por entidades particulares.

III — Auxílios materiais a entidades de assistência social, culturais, esportivas e artísticas, sem fins lucrativos.

IV — Pagamento diretamente a pessoas carentes.

Art. 3.º — É assegurado a cada Deputado o crédito anual mínimo de duzentos e noventa (290) maiores valores de referência, tomando como base o valor de referência em vigor a 1.º de maio do ano imediatamente anterior ao início da vigência dos créditos.

Parágrafo único — Aos suplentes de Deputados, quando convocados, caberão cotas proporcionais ao número de meses em que estiverem no exercício de mandato.

Art. 4.º — As liberações serão feitas por duodécimos, até o quinto dia de cada mês, por determinação do Primeiro Secretário ao Departamento de Finanças.

§ 1.º — Os empenhos e registros dos créditos obedecerão a legislação atinente a adiantamentos, englobando-se, para este efeito, as parcelas liberadas no exercício.

§ 2.º — Os créditos dos Deputados serão processados pela Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais (CEAS).

Art. 5.º — O Deputado determinará, através de formulários próprios e sob sua responsabilidade, ao Departamento de Finanças para que efetue os pagamentos dos auxílios ou subvenções.

Art. 6.º — As subvenções e auxílios concedidos a instituições privadas somente poderão ser concedidas com obediência às seguintes condições:

- a) serem sediadas no Estado do Paraná e possuam personalidade jurídica há mais de um (01) ano;
- b) estejam em pleno exercício de suas atividades;
- c) não remunerem, a qualquer título, os cargos de Diretoria e não distribuam lucros, bonificações ou vantagens a seus dirigentes e mantenedores sob nenhuma forma ou pretexto;
- d) promovam educação, assistência social, exerçam atividades científicas, culturais ou outras atividades correlatas de caráter geral e sem discriminação.

§ 1.º — As entidades beneficiadas com as subvenções regulamentadas por este artigo, para receberem as subvenções nos exercícios subsequentes, deverão obrigatoriamente, prestar contas, à Comissão de Tomada de Contas do Poder Legislativo, da aplicação das importâncias recebidas nos exercícios anteriores.

§ 2.º — Excetuam-se da obrigação prevista no § 1.º, as entidades que receberem subvenções de valor igual ou inferior a dois (02) valores de referência regional, fixado no início do exercício da concessão, ficando neste caso à disposição da Comissão de Tomada de Contas, por cinco (05) anos, dos documentos comprobatórios da aplicação do benefício.

Art. 7.º — Os auxílios previstos no item "h", do artigo 2.º, serão pagos mediante processo em que deverá constar:

- a) o nome do estabelecimento que prestou o serviço;
- b) comprovação de que vem funcionando de acordo com a legislação em vigor e que está situado no Estado, e
- c) relatório do destino do valor liberado.

Art. 8.º — Os auxílios a pessoas carentes, previstos no inciso "II", do artigo 2.º desta Resolução, serão pagos pelo Departamento de Finanças diretamente às entidades fornecedoras do material ou fornecedoras do serviço.

Parágrafo único — Os pagamentos a que se refere este artigo serão liberados mediante a apresentação da primeira via da nota fiscal correspondente, devendo constar, obrigatoriamente, no processo a relação das pessoas assistidas, devidamente individualizadas.

Art. 9.º — Os pagamentos serão feitos mediante cheques nominais, servindo como comprovante a cópia do cheque, assinado pelo Deputado ou responsável pela empresa ou entidade.

Art. 10 — O pagamento a que se refere o inciso "IV", do artigo 2.º, desta Resolução, será feito diretamente a pessoas desprovidas de recursos financeiros e bens materiais, mediante autorização do Deputado e contra-recibo.

§ 1.º — Na hipótese do beneficiário residir no interior ou solicitar o auxílio quando não houver expediente na Assembléia Legislativa, poderá o Deputado adiantar a importância, para posterior reembolso junto à Coordenadoria de Execução de

Auxílios Sociais, mediante apresentação de recibo do beneficiário.

§ 2º — A quantia máxima a ser concedida, por pessoa, será o equivalente a um (01) maior valor de referência.

Art. 11 — Somente serão processadas as indicações e determinações de pagamento que estiverem em condições de contabilização, no Departamento de Finanças, até o dia 10 de dezembro do exercício do crédito.

Art. 12 — Após o encerramento do exercício a Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais, com o visto do Diretor Financeiro, providenciará as prestações de contas individuais de cada Deputado, enviando-as com um relatório à Comissão de Tomada de Contas, que, aprovando-as, determinará o recolhimento de saldos, autorizando a baixa de responsabilidade junto à Contabilidade Geral.

Art. 13 — Fica prorrogado, por 30 (trinta) dias, a partir da publicação da presente Resolução a determinação contida nos parágrafos 1.º e 2.º do artigo 3º da Resolução nº 19/69.

Art. 14 — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de outubro de 1983.

(a) TRAJANO BASTOS  
Presidente

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA  
ATA DA 103ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO DE 1983  
(SEGUNDA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Rubens Bueno e Adhail Sprenger Passos.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulín, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo, Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tugúio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O .**

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte  
**E X P E D I E N T E :**

**Mensagem:**

Sob o nº 117/83, do Senhor Governador do Estado, encaminhando para a apreciação desta egrégia Assembléia, o anexo Projeto de Lei do Orçamento Programa Anual para o exercício financeiro de 1984, detalhado de acordo com as normas legais que regem a elaboração dos orçamentos públicos e apresentando quadros discriminativos dos programas de trabalho de todas as unidades de administração estadual, direta e descentralizada. — Ao Departamento Legislativo.

**Requerimentos:**

**R E Q U E R I M E N T O**

Senhor Presidente.

Requeiro, com base no Regimento Interno, o adiamento, por dez (10) sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 82/83, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1983.

(a) ANIBAL KHURY

**R E Q U E R I M E N T O**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos de hoje, de votos de congratulações à Cooperativa Agropecuária Mourãoense, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Presidente, Engenheiro Agrônomo José Aroldo Galassini, pela aprovação do projeto prevendo a construção de uma Usina de Alcool no Município de Campo Mourão.

O início de tal empreendimento daquela cooperativa, representa não só a política de expansão dos associados, aliada ao seu imprescindível papel, mas também pela geração de mais de mil empregos. Por tratar-se de uma região eminentemente agrícola, a concretização desta antiga aspiração dos proprietários deste setor, permitirá aos mesmos, mais uma opção em termos de cultivares: a cana-de-açúcar para a produção do álcool, sem afetar, no entanto, os demais cultivares.

O destaque de tal fato, é o resultado da soma dos esforços individuais em benefício coletivo, verdadeiro conceito do associativismo.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

**R E Q U E R I M E N T O**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER um voto de congratulações à Associação dos Supermercados do Estado do Paraná, na pessoa de seu presidente senhor Roberto Demeterco, pela medida que visa conter, pelo prazo de 45 dias, os preços de 21 gêneros alimentícios, bem como diversos produtos de limpeza.

Este acordo, feito em conjunto com a Secretaria de Abastecimento de Preços - SEAP, merece os mais altos elogios, visto ser esta tomada de posição uma forte frente para combater os alarmantes índices do custo de vida em nosso País.

Requer outrossim, após decisão do Plenário, dê-se ciência à Associação dos Supermercados do Estado do Paraná, na pessoa de seu presidente, senhor Roberto Demeterco.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1983.

(a) TUGUIO SETOGUTTE

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos transportes, no sentido de que seja avaliada a possibilidade de se proceder o envio de recursos financeiros para a recuperação de pontes e bueiros no Município de Campina da Lagoa.

De iniciativa do Excelentíssimo Senhor Doutor Joaquim Antônio de Lima, Chefe do Executivo Municipal, o qual ressalta a real urgência, de acordo com correspondência enviada, de se efetivar trabalhos visando a eliminação das sérias dificuldades existentes nas vias daquela municipalidade.

Tal problemática existe em decorrência das chuvas e violentos vendavais ocorridos recentemente.

Pelas razões expostas, torna-se necessária medidas capazes de assegurar a imediata recuperação das estradas, pontes e bueiros, possibilitando com isto a normalização das ligações de vital importância para a região ora citada.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido de que haja a realização de estudos objetivando avaliar a possibilidade de se destinar doação de livros para a constituição de uma Biblioteca na Escola Emílio de Menezes, localizada no Município de Peabiru.

De iniciativa da Diretoria daquele Educandário de primeira a quarta série, senhora Anísia Fernandes Casarin, cuja reivindicação visa eliminar os problemas atualmente existentes da falta de livros disponíveis para os estudantes já que não existe nenhuma biblioteca.

Neste sentido, faz-se necessário que o atendimento ora proposto, seja avaliado, a fim de proporcionar uma nova estrutura em termos de leitura e fonte de pesquisa.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, Dr. Erasmo Garanhão, solicitando a criação e instalação de uma Delegacia Regional da Receita do Estado na Região Central do Paraná, com sede em Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI

## JUSTIFICATIVA:

A arrecadação financeira promovida pela Secretaria das Finanças na região, tem representado uma grande contribuição para o Estado. Uma forte e crescente contribuição, da qual participam todos os municípios da região.

O desenvolvimento econômico tem caracterizado o Município de Ivaiporã, que hoje polariza a região.

Por outro lado, a criação em Ivaiporã, da sede de uma Delegacia Regional, representará crescimento das arrecadações e agilização das execuções fiscais.

Em caráter de sugestão, acreditamos que a

jurisdição dessa Delegacia Regional da Receita, tendo sua sede em Ivaiporã, poderá abranger os municípios de Jardim Alegre, Manoel Ribas, Cândido de Abreu, Lunardelli, Grandes Rios Faxinal, São João do Ivaí e Borrazópolis.

É por esses motivos, senhores deputados, que submetemos à apreciação a presente justificativa.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de ofício aos Excelentíssimos senhores FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO, digníssimo secretário de Estado da Indústria e do Comércio, JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS, Digníssimo Diretor-Presidente do BADEP, e RUI GERSON BRANDT, Digníssimo Diretor-Superintendente do CEAG - Centro de Apoio à pequena e média Empresa do Paraná, solicitando a inclusão do Município de Guaraniaçu no Plano de "PROMICRO/84".

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1983.

(a) Mário Pereira.

## JUSTIFICATIVA:

Temos conhecimento de que no final do corrente ano haverá uma reunião entre o BADEP e a secretaria da Indústria e do Comércio, pela definição das cidades a serem atendidas pelo "PROMICRO/84".

É de extrema importância para a cidade de Guaraniaçu, que seu nome seja incluído no referido plano, pois o desenvolvimento daquele município depende do apoio do CEAG, único órgão capaz de atender a contento os empresários, já que os estabelecimentos de crédito não estão liberando recursos suficientes para o atendimento às necessidades das empresas.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado da Saúde e Bem Estar Social, no sentido de que seja estudada a viabilidade de se implantar uma agência do Instituto da Previdência do Estado - IPE, na Municipalidade de Mamborê.

Em observação profunda ao plano de Ação 1983/86, do governo Estadual, em sua versão preliminar, nota-se no que diz respeito às Metas no setor da Saúde e Saneamento, os objetivos claros de adotar-se uma política de descentralização administrativa e financeira dos Organismos de atendimento neste setor, bem como a Municipalização progressiva dos serviços de atenção primária à Saúde, com o devido apoio tecnológico. Esta regionalização ampla e efetiva, se faz necessária, sendo também a de acompanhar este progresso, como encaminhamento democrático, a participação da população na condução da política de Saúde.

A criação portanto, da Agência do Interior, no Município de Mamborê, está sem dúvida alguma, incluída nos propósitos de ampliação condizente de serviços de saúde e assistência social do funcionalismo público, naquela comunidade.

SALA das Sessões, em 03 de outubro de 1983.  
(a) Rubens Bueno.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado da Saúde e Bem Estar Social, no sentido de que seja realizado estudos quando à viabilidade de se implantar uma agência do Instituto da Previdência do Estado - IPE, na Municipalidade de Barbosa Ferraz.

Em observação profunda ao Plano de Ação 1983/86, do Governo Estadual, em sua versão preliminar, nota-se no que diz respeito às Metas no Setor da Saúde e Saneamento, os objetivos claros de adotar uma Política de descentralização administrativa e financeira dos Organismos de atendimento neste setor, bem como a Municipalidade progressiva dos serviços de atenção primária à Saúde, com o devido apoio tecnológico. Esta regionalização ampla e efetiva, se faz necessária, sendo também a de acompanhar este progresso, como encaminhamento democrático, a participação da população na condução da política de Saúde.

A criação portanto, da agência do IPE, no Município de Barbosa Ferraz, está sem dúvida alguma, incluída nos propósitos de ampliação condizente de serviços de saúde assistência social do funcionalismo público, naquela comunidade.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1983  
(a) Rubens Bueno.

# REQUERIMENTO

Súmula:

REQUER, o envio de Expediente à Excelentíssima senhora professora GILDA POLI ROCHA LOURES, Digníssima Secretária de Estado da Educação, e ao Excelentíssimo senhor deputado MAURÍCIO FRUET, Digníssimo Prefeito Municipal de Curitiba, conforme o exposto abaixo.

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente às autoridades acima mencionadas, no sentido de que seja implantado junto ao grupo Escolar JULIA AMARAL DI LENNA, no conjunto Habitacional Santa Efigênia, um Curso de Segundo Grau Noturno, tendo em vista que aquele estabelecimento de ensino fica fechado no período noturno, e poderia ser aproveitado para essa finalidade.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1983  
(a) Artagão Mattos Leão.

# JUSTIFICATIVAS:

Levando-se em consideração que só no Conjunto Habitacional de Santa Efigênia, existem 1260 residências oficiais contruídas pela COHAB-CT, além de Conjunto Habitacional Paineiras e bairros adjacentes, com uma população aproximada de 30.000 habitantes, sendo que a maioria dos moradores destas comunidades se vêm obrigados a estudar no centro da cidade, em colégios particulares, principalmente no período noturno, regressando para seus lares altas horas da

noite, e às vezes arriscando a própria vida, tendo em vista que a maioria desses estudantes são menores.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

SÚMULA: Requer o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. LUIZ CORDONI JÚNIOR, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, conforme o exposto abaixo.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a autoridade acima mencionada, no sentido de que seja implantado um Mini-Posto de Saúde, nas dependências que se encontram ociosas no Centro Social Urbano Santa Efigênia - CSU, localizado no Conjunto Residencial Santa Efigênia, nesta Capital, que levará um grande benefício àquela comunidade.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1983.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

# JUSTIFICATIVA:

As salas construídas no Centro Social Urbano Santa Efigênia - CSU, e que são destinadas desde o início da construção daquela obra, para a implantação de um Mini-Posto de Saúde, encontram-se vazias até hoje, pelo fato de ainda não ter sido implantado. Um dos motivos é o fato de que pela demora na execução da obra por parte da Prefeitura Municipal, pois projeto foi aprovado pelo Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos - PNCSU, no dia 28 de maio de 1980, e as obras só foram iniciadas em julho de 1981, e ainda em cima de um projeto orçado em abril de 1979, e com a verba parada na Caixa Econômica Federal, a municipalidade não teve condições financeiras de equipar aquele CSU de acordo com o Projeto descritivo encaminhado ao PNCSU.

# Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 159/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam criados no Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa, 61 (sessenta e um) cargos de provimento em Comissão símbolo DAS-5.

Art. 2.º — As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotação própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1983.

(aa) TRAJANO BASTOS — Presidente

GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário

Apoio: Mário Pereira, Acir Mezzadri, Ferrari Júnior, Donato

Gulin, Irondi Pugliesi, Dirceu Manfrinato, Tuguiu Setogutte, Márcio Almeida, Adhail Sprenger Passos, Tadeu Lúcio Machado, Hermas Brandão, Paulo Fuariatti, Ivan Gubert, Artagão Mattos Leão, Caíto Quintana, Antônio Anibelli, Gilberto Carvalho, Basílio Zanusso, Aníbal Khury, Osvaldo Alencar Frutado, Nilso Sguarezi, Luiz Alberto Oliveira, Fiori Luiz, Gabriel Sampaio, Augusto Carneiro, Odeni Mongruel, Quielise Crisóstomo, Sabino Campos, Tércio Albuquerque, José Antônio: Fonseca, Roberto Requião, Tadeu França, Airtton Cordeiro, Edmar Luiz Costa, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Sérgio Spada, Nelson Vasconcellos, Jorge Maia Filho, Homero Oguido, Orlando Pessuti, Ezequias Losso, Fuad Nacli.

# JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em pauta tem como escopo adequar-se o Quadro de Pessoal da Assembléia à nova realidade do Poder Legislativo, na reconquista do lugar de direito que lhe cabe no

seio da comunidade.

Tratando-se da criação de cargos a serem preenchidos, em comissão, por assessores de maior capacidade, tem-se como principal objetivo a criação de um corpo técnico apto a proporcionar aos senhores Deputados a infra-estrutura tão necessária para o fiel cumprimento do mandato que o povo lhes confiou.

#### PROJETO DE LEI Nº 160/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "Banco de Olhos de Cascavel - BOC", com sede e foro na cidade de Cascavel.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

A documentação anexa demonstra claramente que a entidade em questão, reúne os requisitos exigidos pela legislação em vigor, para o preenchimento de utilidade pública.

O Banco de Olhos de Cascavel, tem por finalidade cooperar de todas as formas possíveis para a recuperação da visão, através de transplantes oculares e outros procedimentos oftalmológicos, gratuitamente, sem distinção de raça, cor, condição social e credo religioso ou político.

Isto exposto, esperamos contar com o devido apoio dos nobres Pares e a posterior aprovação do presente plano de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 161/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Ação Social do Rosário", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, neste Estado.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

#### JUSTIFICATIVA:

A "Ação Social do Rosário", fundada em 27 de junho de 1972 é de caráter eminentemente filantrópico e desde sua organização, vem cumprindo com os fins a que se propôs, dando assistência às pessoas carentes sem distinção de raça, cor, sexo, idade e religião. Inclusive dando educação básica, corte e costura, economia doméstica e outras.

Diante do exposto, apresentamos o presente projeto de lei à apreciação dos nobres Pares, esperando o indispensável apoio e necessária aprovação, visto que perfeitamente os requisitos na Lei 6994/78.

#### PROJETO DE LEI Nº 162/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Associação de Apoio Promocional ao Núcleo de Ponta Grossa", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, neste Estado.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

#### JUSTIFICATIVA:

A "Associação de Apoio Promocional ao Núcleo Social de Ponta Grossa", fundada em 31 de maio de 1975, vem desenvolvendo ao longo desses anos, atividades dignas de

louvor, embora não possuindo recursos próprios e contando só com a ajuda de pessoas de boa vontade, seu trabalho tem sido notadamente elogiável. Tem alcançado seus objetivos no que concerne ao atendimento de crianças de seis meses a sete anos de idade, para que suas mães comprovadamente carentes, possam trabalhar, principalmente as domésticas. Presta assistência às crianças de sete a doze anos, sob todos os aspectos, inclusive orientação escolar. Mantém iniciação escolar aos adolescentes e adultos, carentes e analfabetos. Desenvolve um programa de iniciação profissional de conhecimentos gerais aos jovens de ambos os sexos, pais e mães, comprovadamente carentes.

É o que temos constatado, razão pela qual, apresentamos o presente projeto de lei, esperando o apoio e aprovação dos nobres Pares, pois o mesmo se enquadra nos requisitos da Lei 6994/78-PR.

#### PROJETO DE LEI Nº 163/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Associação Assistencial Espírita Messe de Amor", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, neste Estado.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

#### JUSTIFICATIVA:

A "Associação Assistencial Espírita Messe de Amor", fundada em 20 de maio de 1979, é uma entidade civil com personalidade jurídica e de caráter fundamentalmente espírita do, com os mesmos que norteiam a Federação Espírita do Paraná, cuja entidade, desde sua organização, vem difundindo sua doutrina, ampliando seu raio de ação junto à comunidade, mantendo assistência social, executando trabalhos de promoção humana às pessoas reconhecidamente necessitadas, independente de idades, credos, cores e raças, desenvolvendo educação moral e cristã às crianças e orientação familiar a todos os carentes.

Diante do exposto, apresentamos o presente projeto de lei à apreciação dos nobres Pares, esperando que seja apoiado e aprovado, visto que perfeitamente os requisitos exigidos pela Lei 6994/78-PR.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ervin Bonkoski, inscrito.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Sr. Presidente, Srs.

Deputados. (Lê)

É para nós motivo de elevado júbilo e justificado orgulho, ocupar esta tribuna para saudar tão importante efeméride, como o Sesquicentenário de fundação da SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO, que neste ano é comemorado.

Foi a sociedade fundada em Paris, no ano de 1833, por um jovem universitário da Sorbonne, de apenas 20 anos de idade. Esse jovem, idealista e tão voltado para a caridade, para o socorro fraterno aos menos favorecidos, foi ANTÔNIO FREDERICO OZANAM. Escolheu ele para Patrono da sua irmandade em Cristo, o "apóstolo da Caridade", São Vicente de Paulo", cujo quarto centenário de nascimento também está sendo comemorado, aqui e em todo o mundo.

Em Curitiba o primeiro núcleo da Sociedade de São Vicente de Paulo foi fundado em fevereiro de 1896, pelo então bispo, Dom José de Camargo Barros, Portanto, há 87 anos passados.

O trabalho e o exemplo de Frederico Ozanam no sentido

de ajudar o próximo, espalhou-se pelo mundo todo, disseminando a fé, o amor e a assistência social.

Em Curitiba e no Paraná, um grande grupo de abnegados, seguidores da mensagem cristã de amor à fraternidade, vem ao longo do tempo desenvolvendo um admirável trabalho assistencial e de promoção humana, que é uma concreta resposta ao chamamento de Jesus Cristo, de São Vicente e de Ozanam.

Os vicentinos somam hoje, mais de oitocentos e cinqüenta mil pessoas, em quase 120 países em que atuam. Só no Brasil, destaque mundial, há mais de cento e setenta mil.

Afora obras especiais e órgãos não cadastrados, a SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO constituiu-se na maior instituição de assistência social e de promoção humana em nosso Estado, sem finalidade lucrativa, e dando atendimento a todos os necessitados, sem qualquer tipo de discriminação.

Segundo os registros da Sociedade, são trinta e nove asilos, sendo cinco em construção; quatro hospitais; seis orfanatos, sendo um em construção; quatro albergues, sendo um em construção; e vinte e seis vilas vicentinas.

Em fase de construção estão a colônia de recuperação de indigentes, em Maringá, e a escola artesanal, em Curitiba.

São ao todo, centenas de centenas de pessoas carentes, assistidas, num trabalho que merece nosso apoio e o reconhecimento de toda a sociedade.

Portanto, Senhor Presidente e senhores deputados, merece a SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO este modesto registro. Merece o reconhecimento desta Casa.

Nesta mesma oportunidade estamos apresentando também requerimento para que se registre, nos Anais desta Casa, um voto de congratulações pelo transcurso dos 150 anos da magnífica obra dos abnegados vicentinos.

E que seja a nossa manifestação transmitida à SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO, na pessoa do Senhor JOÃO MOTTER, Presidente do Conselho Central".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra a Sua Excelência, Deputado Sabino Campos, inscrito.

O SR. SABINO CAMPOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "Mais uma vez o Regime Militar investe contra o Poder Legislativo. Desta vez o Presidente Figueiredo e seus Ministros procuram cassar o mandato do Deputado Mário Juruna, do PDT, porque em discurso pronunciado na Câmara Federal, o Deputado oposicionista acusou de ladrões os Ministros e o Presidente.

Mas esta não é a primeira vez que o Deputado Juruna se utiliza desse linguajar para criticar os representantes do regime.

Por que então agora querem cassar-lhe o mandato?

Sem dúvida, essa ignorância do Executivo no Legislativo só pode ter um objetivo: desviar as atenções da opinião pública dos graves problemas econômicos que vive o País, das denúncias de corrupção que se avolumam e que agora atinge a própria família de Figueiredo, com o envolvimento de um dos seus filhos no processo da CAPEMI, conforme denúncia veiculada na "Folha de São Paulo", e tentar intimidar os congressistas para que não votem pela rejeição do Decreto 2045. Querem, através da ameaça, barrar o caminho de independência que o Poder Legislativo começou a trilhar, a partir da votação do Decreto 2024.

Procurando justificar a cassação, o porta-voz do Planalto, Carlos Átila afirmou: "é preciso manter a compostura, o equilíbrio e a noção do interesse público com respeito ao próximo".

Ora, justamente quem vem falar em noção do interesse público e respeito ao próximo!

Justamente os representantes de um regime militar que arrocha os salários dos trabalhadores com o Decreto 2045; que intervém nos sindicatos e reprime os operários, simplesmente, por fazerem greves em defesa de melhores salários.

E agora, descaradamente, vem falar em respeito ao próximo.

Justamente aqueles que mantêm um modelo econômico que leva quarenta milhões de brasileiros à mais absoluta miséria; que fez com que a mortalidade infantil atinja o índice de 150 a cada 1.000; que faz com que doze milhões de famílias não tenham acesso à terra; que produz seis milhões de desempregados e quinze milhões de subempregados que mantêm vinte milhões de analfabetos, vinte e cinco milhões de favelados, trinta milhões de menores carentes e dez milhões de menores abandonados.

Eles ainda tem o cinismo de vir falar em noção de interesse público, de respeito ao próximo e exigem a cassação de um legítimo representante de nosso povo. Representante dos indígenas, uma raça sofrida, violentada e espezinhada por este regime militar, que tem a ousadia de falar em respeito ao próximo.

Para serem coerentes, antes de solicitar a cassação dos Deputados, invocando argumentos de ofensa e desrespeito, o Presidente e seus Ministros deveriam solicitar suas renúncias pois já provaram que não têm equilíbrio, noção de interesse público e respeito ao próximo.

Diante deste fato os Deputados paranaenses só podem adotar uma atitude: repudiar a tentativa de cassação de Juruna e avisar ao Planalto que, se depender do povo, cassações ocorrerão, mas serão nas eleições diretas para Presidente da República em 1985."

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, a Sua Excelência o nobre Deputado Márcio Almeida, inscrito.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente e Srs. Deputados. Faço a leitura de um manifesto de apoio aos jornalistas do Paraná, elaborado neste final de semana em reunião promovida pela Delegacia de Londrina, do Sindicato dos Jornalistas do Paraná, num debate com o Sr. Ricardo Kotsho, Vice-Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, com a participação de vários setores da comunidade londrinense. O texto é o seguinte: (Lê):

# "MANIFESTO DE APOIO AOS JORNALISTAS DO PARANÁ

Nós representantes de sindicatos, entidades, órgãos públicos, partidos políticos e cidadãos, trabalhadores brasileiros, manifestamos publicamente nossa solidariedade aos jornalistas profissionais do Paraná em sua defesa dos direitos da categoria.

Neste momento em que os jornalistas lutam pela preservação de seu piso salarial e pela dignidade de sua profissão e em que setores da classe patronal revelam-se desrespeitosos a direitos conquistados ao longo de vinte anos, integramos-nos à sua luta, que é a nossa luta, luta de todo trabalhador brasileiro, esmagado por uma crise econômico-financeira sem precedentes na história do País. A cada dia, o trabalhador tem um novo decreto sobre suas costas, tendo reduzido o seu já arrojado salário.

Entendemos que os trabalhadores só poderão enfrentar os desmandos governamentais e os desrespeitos de setores patronais através do fortalecimento sindical das categorias profissionais e de sua união. Principalmente quando se começa um processo de derrubada de conquistas dos trabalhadores

como esta iniciativa de parte dos proprietários das empresas de comunicação, que querem diluir a crise nas costas dos jornalistas profissionais.

Convencidos de que somente juntos é que poderemos lutar contra estas arbitrariedades e outras que se prenunciam nos horizontes conturbados da nação, nos aliamos à atual luta dos jornalistas e concitamos todos os setores da sociedade brasileira para que façam o mesmo.

Londrina, 01 de outubro de 1983."

Assinam este manifesto, a Associação Paranaense dos Professores; o Sindicato dos Gráficos; a Federação Nacional dos Jornalistas; o Sindicato dos Metalúrgicos; a Associação dos Vigilantes; a Bancada do PMDB na Câmara Municipal de Londrina; o Sr. Délio César, Jornalista e Vice-Prefeito; o Centro Acadêmico Frei Caneca de Comunicação da Universidade de Londrina; o 4º Núcleo Regional de Ensino; a Associação de Docentes da Universidade Estadual de Londrina; a Associação dos Servidores Públicos Federais do Paraná; o Grupo de Estudos Bancários; o Diretório Municipal do PMDB; o Diretório Municipal do PT; a Associação dos Suplentes de Vereadores; o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Estadual de Londrina; -

e o Centro Acadêmico de Direito da mesma Universidade.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, é o registro que nesta oportunidade fazemos como contribuição à luta que a categoria dos jornalistas neste período vêm fazendo, com vistas à defesa das suas condições de trabalho.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Caíto Quintana, inscrito.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna na tarde de hoje, para conclamarmos a classe política deste Estado, especialmente os Srs. Deputados com base eleitoral no Sudoeste do Paraná, conclamamos a imprensa do nosso Estado, para o Encontro que será realizado nos dias 7 e 8 de mês de outubro próximo vindouro, na cidade de Pato Branco, iniciativa da Associação das Câmaras Municipais de Vereadores do Sudoeste do Paraná. O objetivo desse encontro é procurar alternativas para o desenvolvimento do Sudoeste paranaense. Acreditamos nós, políticos do Sudoeste, que as regiões do nosso Estado precisam sentar-se para estudar alternativas do seu próprio desenvolvimento.

Durante muitos e muitos anos o Sudoeste paranaense, região essencialmente agrícola e de terras sabidamente férteis, foi usado pela campanha, maciça, feita em órgãos de divulgação, para plantar soja, milho e feijão. Esquecemos nesse campanha, de que a potencialidade da nossa região, se presta a muitas e muitas outras fontes de renda para os trabalhadores e para os agricultores. Houve por bem, a Associação de Câmaras do Sudoeste do Paranaense, promover um encontro reunindo técnicos, políticos, entidades de classe, entidades sindicais, cooperativas e segmentos da sociedade, para amplamente, em dois dias, discutir as alternativas para o desenvolvimento do Sudoeste paranaense. Secretarias de Estado possuem projetos de alta valia, para o desenvolvimento das pequenas comunas do interior do Estado: a Secretaria da Indústria e Comércio, num projeto de artesanato e um projeto de micro destilarias de álcool. A Secretaria da Agricultura e todas as Secretarias de Estado possuem excelentes projetos a serem aproveitados pelas pequenas comunidades.

O Sudoeste paranaense estará reunido, portanto, nos dias 7 e 8 do corrente mês, na expectativa de, através de um trabalho sério, analisar a sua potencialidade não explorada, e dessa forma, condicionar melhor possibilidade

de ganho para os moradores daquela 1.ª região do trabalhador do Sudoeste no seu município de origem. Porque fala-se muito, critica-se muito ausência de grandes obras do Governo do Estado. Nós temos o conhecimento pela vida que cada um de nós tem na sua comunidade, que o Brasil não está a pedir grandes obras de Governo nenhum, o Brasil quer uma obra muito maior, socialmente, e muito menor na sua parte física, que é condicionar a possibilidade de vida para os moradores, dentro das suas próprias comunas.

Embuído nesse espírito, e aproveitando o farto de leque de opções que oferece às diversas Secretarias do governo do Estado do Paraná; aproveitando a vontade de trabalhar da gente do Sudoeste; aproveitando as disposições de todos os segmentos sociais daquela região em buscarem alternativas para o seu desenvolvimento, no dia 7 e 8 do mês de outubro na cidade de Pato Branco, estaremos todos reunidos, a sociedade em si como um todo, para buscar alternativas de desenvolvimento.

Esperamos contar com a participação de todos os políticos e de todos os partidos, que tenham base eleitoral no Sudoeste, e gostaríamos de contar com a participação de todos os políticos deste estado, dos técnicos deste Estado, daqueles que puderem de uma forma ou outra, nos auxiliar nesse trabalho.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - No pequeno

Expediente, concedo a palavra ao nobre deputado Ferrari Júnior. (Declina) - No grande Expediente, concedo

No grande expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Ervin Bonkoski, inscrito.

O SR. ERVIN BONKOSKI - Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

"No dia 25 de julho o "Jornal do Brasil", do Rio, publicou na coluna de Zózimo Barroso do Amaral, uma pequena nota de 8 linhas em duas colunas, sob o título "Contra a queda". Dizia a nota: "HÁ NO MEIO EMPRESARIAL QUEM NÃO ESTEJA EXATAMENTE ANSIOSO PELA QUEDA DA INFLAÇÃO. SÃO AS VOZES QUE DEFENDEM A TESE DE QUE CAINDO A INFLAÇÃO PIORA A RECESSÃO. OPINIÃO, ALIÁS, DIVIDIDA COM IGUAL ÊNFASE POR ALGUMAS DAS MAIS IMPORTANTES CABEÇAS COROADAS DE BRASÍLIA".

Notem os senhores a última frase: "opinião dividida com igual ênfase por algumas das mais importantes cabeças de Brasília".

Foi esse breve registro uma tímida denúncia sobre o grave dano das cadernetas de poupança como instituição que se disvirtuou, como sistema que se caracterizou e hoje se torna elemento nocivo.

Acompanhando há tempo o processo evolutivo do sistema posso ampliar e formular a denúncia e não temo submeter à sociedade os argumentos nos quais me amparo. Se analisados, evidenciam a razão do meu ponto de vista.

A caderneta de Poupança é, sem dúvida, o maior alimentador da inflação. Mas está havendo falta de coragem para a denúncia, por isso até hoje apenas tímidos comentários se fizeram. A caderneta de Poupança é elemento estimulante da inflação, é um engodo e é altamente prejudicial. Mas inatacável pela influência que exerce.

Por exemplo: é um sistema do Governo e tem um bonito rótulo social:

- Os grandes grupos econômicos



financeiros que estão envolvidos, os quais ninguém quer enfrentá-los temendo consequências.

A Caderneta é tida como um meio de garantir a poupança e resultar em rendimento, mas isto é um erro. Ela mal corrige a correção inflacionária, logo é um golpe.

A Caderneta visa gerar um fundo para o Sistema Financeiro de Habitação, o que é outro erro, porque, a exemplo do fundo de Garantia, vai para o BNH e serve para financiar outros projetos e programas, como saneamento, que é uma obrigação dos governos, independentes de tirar esses recursos do povo.

O Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo foi criado com fim válido e social, mas como tudo neste País foi disvirtuado, assim como o Fundo de Garantia, o BNH, o PIS/PASEP, o Finsocial, ETC.

A verdade é que o governo foi tomando o dinheiro dos poupadores... e foi aplicado mal, desviando do objetivo que era financiar os programas habitacionais.

E foi tomando... tomando tanto e empregando mal que hoje não tem esse dinheiro para devolver.

É como tomar dinheiro de agiota: quando não tem capital para devolver a solução é ir tomando mais e pagando o juro. Portanto, o grande medo do governo é o saque. Isto é o que mais assusta.

No final do primeiro semestre o saldo das cadernetas era superior a 10 trilhões de cruzeiros e, segundo a Abecip, está em alta nos meses de julho, agosto e início de setembro, e prossegue agora em outubro.

Quase 11 trilhões... Imaginem se de uma hora para outra todos pretendessem retirar o que têm depositado

Teoricamente a caderneta "rende" de acordo com a inflação. Esse "rende" é fictício, mas mesmo assim vemos lá: Se rende com a inflação é elementar: inflação alta, atrativo maior para se depositar. No fundo, uma ilusão.

Imaginemos que a inflação começa a cair e chegue a 50 ou 60 por cento ... seria uma grande corrida, o saque da poupança. E o governo não tem os 11 trilhões para devolver. Por isso o governo tem que evitar esse desastre.

Recentemente o governo anunciou que o imposto calamidade atingiria também as Cadernetas de Poupança. Foi um princípio de correria, embora o imposto alcançasse os poupadores que tiveram em 1982 saldo médio acima de 5 milhões. Rapidamente veio uma medida de incentivo: isenção do Imposto de Renda para depósitos até 3 mil e quinhentas UPC, unidade padrão de Capital, equivalente a 15 milhões e 900 mil cruzeiros. Antes o limite era de 2 mil UPCs. Com esse aumento o governo perde 8 milhões de cruzeiros, segundo o Secretário da Receita Federal, evitou o temido saque. Cada pacote econômico que o planalto lança, vem seguido de um esclarecimento: "NÃO AFETA AS CADERNETAS DE POUPANÇA". Claro que afeta qualquer medida na área econômico-financeira afeta.

O pacote anunciado pelo Presidente Figueiredo antes de viajar para Cleveland foi imediatamente seguido de anúncio de "não afeta as cadernetas", mas como não havia como enganar, em seguida houve anúncio de que seriam adotadas medidas de incentivos para as cadernetas, e o próprio Andreazza se encarregou disso pelo rádio, tv e jornais. Mesmo

assim os saques aumentam, os depósitos diminuíam e a aflição crescia. Então o governo decretou a "renda mensal" para as cadernetas. Agora, em vez de trimestral o GOLPE da renda é mensal.

Como se vê, todos os incentivos giram em torno de correção do capital depositado. Vimos até aqui a lógica. Vejamos agora algumas considerações para provar que a Caderneta de Poupança é um grande engano, um governamental engodo:

Já vimos que e porque a caderneta está diretamente vinculada à inflação. Veremos a seguir o engodo e outros danos:

Engodo: A Caderneta de Poupança não rende, isso é mentira. Ninguém pode provar que ela rende, há - isto sim - uma ilusão. O que ela faz é corrigir, e assim mesmo corrige abaixo da inflação. A correção mensal que dizem "rende" é inferior à inflação, e o juro se é que se pode chamar de juro - é uma piada 72% por cento ao ano. Se alguém for tomar dinheiro em banco pagará 400 por cento ao ano.

Deixemos os números e vamos à prática: De janeiro a junho a "renda" (?) das cadernetas foi de 61 por cento. Nesse período a inflação foi de 67,30 por cento. Em janeiro, com 1.000 cruzeiros se compravam 2 quilos de carne; quem depositou mil cruzeiros em janeiro e foi buscar em 4 de julho recebeu 1.610 cruzeiros; para comprar os mesmos 2 quilos de carne necessitava na época de mais, de 2 mil cruzeiros, hoje já sabemos que, neste comparativo da carne precisamos de 4 mil cruzeiros para cima. Se comparar com o azeite a defasagem é ainda maior. O poupador perdeu mais feio ainda. Então, eu pergunto: que renda é esta? Uma pura ilusão, uma tapeação, aliás, mais uma tapeação do governo, pra cima do povo.

Então, me perguntarão: mas e os grandes poupadores, os chamados grandes investidores? Por que optam eles pela Caderneta de Poupança? E eu mostrarei um dos muitos danos da Caderneta:

Teoricamente pelo nosso motivo eles optam, isto é, pela mesma ilusão. E se configura o lado mais nocivo da poupança, o governo incentiva a retirada do mercado de recursos produtivos.

Nesse caso os grandes poupadores têm medo de investir na economia produtiva e passam a agitar para o governo. O poupador desse calibre - isto é, com uma razoável disponibilidade - tem medo da política do governo, tem medo dos pacotes, tem medo do senhor Delfim. Esse medo é bom para o governo, porque resulta também num incentivo às cadernetas.

Há algum tempo, que os senhores devem ainda lembrar, quem tinha um pequeno capital montava um negócio, ia produzir, criar empregos, gerar impostos. Hoje, para não se arriscar põe na poupança. E vive da correção, embora seu capital vá sendo corroído; entende ser melhor que a correção mais rapidamente devido à política econômica do governo. E por isso que os milionários da loteria, quando entrevistados sobre o que farão com o dinheiro, respondem: "botá na poupança". Melhor seria esse capital aplicado produtivamente. A poupança é, portanto, um mau negócio.

Dia 5 de julho o jornal "O Estado de São Paulo" publicou uma reportagem sobre um empresário que estava vendendo sua fábrica e os estoques para aplicar o dinheiro em papéis, inclusive no mercado paralelo, considerando o seguinte: Desde



Curitiba, segunda, 03/10/83.

março/abril de 81 a situação começou a ficar ruim, tanto para o comércio como para a indústria, coincidindo com o período em que as cadernetas de poupança começaram a dar lucro".

Vejam, senhores, a mentalidade. Vejam, senhores, o governo fechando fábricas e criando agiotas...

Mas, senhores deputados, antes de encerrar quero chamar a atenção para o nosso caso particularmente, pois no Paraná os danos das cadernetas são ainda maiores, porque além dos que já vimos há outro: a evasão de recursos.

O Paraná é tido com um Estado excelente para captação; os paranaenses são inclinados à poupança à economia. Por isso em todos os municípios de médio e grande porte estão instaladas todas as instituições de captação; todos os grupos têm filial. E a grande maioria é de outros Estados. A rigor, daqui temos apenas o Bamerindus e o Banestado. O volume de recursos tirado daqui e aplicado em outros Estados é muito grande. Isso, aliás, traz sérios prejuízos também na hora de aprovação de projetos de financiamentos federais com base em recursos oriundos do SBPE, porque os volumes maiores em montante e em número de projetos, são destinados aos Estados com maior volume de captação, e no caso o Paraná, apesar de ser um dos Estados que mais poupam, perde para outros na hora da liberação dos projetos porque a arrecadação do mesmo feita aqui, volta para os outros Estados, onde as instituições de captação têm sede.

A propósito, esta questão foi mencionada pelo Secretário Belmiro Castor quando apresentou o Plano de Governo ao PMDB, o que levou o Governador José Richa, em seguida, a fazer o comentário, dizendo que no caso da poupança "O PARANÁ É UMA VERDADEIRA CASA DA SOGRA".

Portanto, senhores deputados, vemos que por tudo isso a Caderneta de Poupança é mau negócio, para todo o País, para todos nós."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Esta

Presidência suspende por cinco minutos a presente sessão, já que esta Casa recebe a visita do Senador Marco Maciel, de Pernambuco, que estará cumprimentando os senhores deputados.

(É suspensa a sessão.)

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está reaberta a sessão.

No horário destinado à Liderança do PMDB, concedo a palavra ao nobre deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Senhor presidente, senhores deputados.

A perseguição política, senhor presidente, senhores deputados, grassa pelo Paraná afora. Ainda há poucos dias o deputado Gilberto Carvalho, falava sobre discriminação das verbas federais do Governo do PDS, com relação à aplicação no setor educação.

São palavras do Líder do PDS nesta Casa, deputado Luiz Alberto Oliveira, que em outras passagens atribui ainda ao Governo do Estado do Paraná, a responsabilidade integral pelo ensino de 1.º grau, segundo reforma constitucional sem número, e tantas coisas mais.

Na realidade, nós gostaríamos de lembrar o que enfatizamos e também o próprio Presidente Medici,

e o próprio Ministro de Educação de então, Jarbas Passarinho, em função da Lei n.º 5.692 que ainda vigora, infelizmente, porque tem sido em desastre, mas que tem definido as atribuições constitucionais do ensino de 1.º grau aos Municípios, 2.º grau aos Governos estaduais 3.º grau à União.

Esclarecemos que no Paraná o Governo Estadual que cumpre historicamente a manutenção do 2.º grau, que vem cumprindo a manutenção das três universidades, de Maringá, Londrina e Ponta Grossa, do 3.º grau portanto, que seria da União, agora em marcha pioneira, está praticamente assumido de fato a responsabilidade pelo 1.º grau, incorporando em si a ausência da União na área educacional e a impossibilidade das próprias prefeituras municipais.

Com relação às alternativas do nobre líder do PDS, tem nos causado espécie, um ímpeto verbal e incoerente e, absolutamente norteados pela mentira através da qual o Líder do PDS nesta Assembléia, deputado Luiz Alberto Oliveira, tem conduzido seus pronunciamentos evadidos de dolo que, entre outras impropriedades, insiste em descobrir inexistentes discriminações, alusivas a repasses de recursos oriundos da esfera federal, pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná aos municípios paranaenses, cujas chefias de executivo integra o PDS.

Busca visivelmente o ilustre líder pedessista, embasar através de sofisma, sua absurda tese da necessidade de um governo paralelo no Paraná. Paralelismo este que seria tutelado através do PDS paranaense a nível de representatividade parlamentar pedessista, segundo declarações do Deputado Luiz Alberto de Oliveira, insistente em não reconhecer que a inoperância do governo pedessista do passado ficou sepultada nas urnas de 15 de novembro de 1982.

Señhor presidente, senhores deputados, instaurar o paralelismo pedessista seria o mesmo que esbofetear a vontade soberana do povo do Paraná, manifesta através de eleições livres e democráticas no ano passado.

É por isso que não apenas já nasce morta a tese do Governo paralelo do PDS no Paraná, como também o falso pressuposto de que o Governo Richa estaria discriminando Prefeituras de PDS, na distribuição de recursos, especificamente na área da Educação.

Senhor Presidente, senhores deputados, o Governo pedessista no Paraná, sim, foi discricionário com relação ao PMDB e no passado compactuou com a incoerência e perpetuou-se em suportes de Justiça até os últimos instantes de presença no Palácio Iguaçu.

No mês de março do corrente ano, senhores deputados, na hora portanto da saída, não obstante a existência de esmagadora maioria de Prefeituras, cujos mandatários eram do PMDB, para um total de 35 municípios paranaenses, assistidos pela última cota de distribuição de recursos liberados pela Secretaria de Estado da Educação, tendo como fonte de recursos o salário educação, vejamos senhores deputados, 27 eram do PDS, isso em março e apenas 8 do PMDB, fato este que mostra claramente quem empalmou neste Estado até a última hora a bandeira da discriminação..

O SR. CAÍTO QUINTANA — Permite um aparte, nobre deputado?

O SR. TADEU FRANÇA — Pela Ordem, ao deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Eu agradeço o aparte nobre deputado e pretendo ser bem rápido agora. Porque eu vou à tribuna depois, porque teria de ser um pouco mais demorado, mas só para dizer à Vossa Excelência, que a inoperância nós estamos assistindo neste Governo.

Quando eu disse que está havendo discriminação e Vossa Excelência repetia que o município que eu não nomeiei, o Município de Fênix, havia recebido a verba, na realidade recebeu na terça-feira da semana passada, cujo pedido foi formulado no mês de julho; e mais ou menos no mês de setembro, quando eu reclamava na Secretaria o pagamento a este município, a alegação era de que faltava a Certidão do Tribunal de Contas, então eu pedi 10 minutos de prazo para encaminhar este documento. Levei a Certidão e só na terça-feira saiu a verba,

No meu pronunciamento devei dar dados e a data em que o Governo do Estado, recebeu o dinheiro do Ministério da Educação para repasse, e agora é que está sendo feito o repasse dos municípios.

E alegar o que é inoperância, o que é mentira, como Vossa Excelência prega, de que o nosso líder mentiu em pronunciamento feito, mas para não tomar o seu tempo, eu me reservo para responder na tribuna.

Muito obrigado.

O SR. TADEU FRANÇA — Concedo o aparte ao deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Deputado Tadeu

França, ouvi pela segunda vez o deputado Gilberto Carvalho falar em discriminação de verba, citando um único município.

Eu queria colocar para Vossa Excelência, para o conhecimento de todos os deputados o que é discriminação de verba !

O Prefeito de Santo Antônio do Sudoeste, interventor, que embora derrotado nas urnas, continua na Prefeitura, recebeu os recursos da Secretaria da Educação para pagar os professores contratados pelo Município, à disposição de Escolas Estaduais, e não efetua o pagamento desses professores, pagando seus professores da rede municipal, contrariando o próprio contrato assinado na Secretaria da Educação.

Se nós de uma exceção pudermos fazer a regra, então a Prefeitura de Santo Antônio do Sudoeste está desviando o dinheiro que recebeu da Secretaria da Educação, através de um Convênio que assinou e obrigou esses professores a entrar em greve.

Qual a nossa surpresa, quando fomos à Secretaria da Educação para saber se havia feito o repasse do dinheiro, e vimos que três parcelas já haviam sido endereçadas aquele município, e o Prefeito não pagava aos professores que estão na rede estadual, contratados pelo município, usando indevidamente este dinheiro para pagar os professores municipais.

É isso que nós precisamos corrigir pela normalidade do ensino dentro do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. TADEU FRANÇA — Muito obrigado pelo seu aparte, deputado Caíto Quintana. Apontamos a mentira e fazemos questão de salientá-la. O deputado Gilberto Carvalho citou um município e nós já enfatizamos, mas lembramos, o município apresentado estava em situação irregular. Logo após a legalização,

no dia 15 de setembro, através do Boletim 149, recebia um milhão, 460 mil e 592 cruzeiros; e através do Boletim n.º 155, mais a cifra de 730 mil e 296 cruzeiros. Portanto, a cidade pedessista a nível de Prefeitura Fênix não está, de forma alguma, deixando discriminada, mas apenas não estava cumprindo as exigências de ordem legal para percepção dos mencionados recursos. Igualmente impropriedades são as afirmativas desse ilustre deputado Gilberto Carvalho, quando fala textualmente em apropriação indébita por parte da Secretaria de Estado da Educação, indagando onde fica a democracia participativa, se uma escola em que todos participam sem cor partidária, a Secretaria de Educação se omite. Quero esclarecer, senhores deputados, digo, cabe esclarecer, senhores deputados, que o convênio assinado entre 297 municípios e a Secretaria de Estado da Educação não diz respeito a verbas originárias do MEC, mas do Tesouro do Estado do Paraná. Quanto ao atendimento às escolas da CENEC, através de compra de vagas de tantas outras instituições, embora a Secretaria de Estado da Educação não disponha de valores até o momento, oriundos do MEC para repasse, está pautando seu comportamento através de um verdadeiro saneamento, porque urge salvaguardar a destinação de recursos, memo porque em sete processos de vagas compradas no governo passado, seis deles apresentaram casos de clamorosas irregularidades. A indústria de bolsas funcionou, a nível de concessões, em número até mesmo incompatível com o número, de fato, de estudantes de certas instituições de ensino privado. Para maior clareza dos ilustres deputados, e em especial do PDS, daqueles que insistem em pregar o suporte discricionário do atual governo com relação às Prefeituras do PDS, um quadro geral dos recursos financeiros do Estado do Paraná aos municípios: 297 municípios assinaram convênios com a Secretaria de Estado da Educação para receberem 1.652.781.564 de cruzeiros. Insiste o PDS em afirmar a inoperância de um governo que realizou em poucos meses, o que em 20 anos não realizaram na área educacional. Onde está o 13.º salário do passado pedessista? O reajuste semestral? Senhores deputados: 273 municípios já estão recebendo normalmente os recursos. Já foram pagas três parcelas que perfazem 652.888.418 de cruzeiros. É mentirosa, sim, senhores deputados, a afirmativa do líder do PDS, tachando o atual governo de autor de discriminações. A próxima liberação será feita no dia 10 de outubro de 83.

Senhor presidente, senhores deputados, vinte e quatro municípios assinaram os convênios, porém, não receberam os recursos. Antes foram 25, pois que Fênix também constava só que não havia apresentado o plano de aplicação ou a certidão negativa do Tribunal de Contas. Treze municípios, senhores deputados, recusaram-se a assinar os convênios, entre os quais Marechal Cândido Rondon e Iporã, cujos Prefeitos do PDS preferiram despedir sumariamente os professores, ao invés de optarem por uma solução racional dos problemas educacionais, que configurem legado histórico do PDS ao Governo do PMDB. Duzentos e trinta e oito municípios do PDS, cantam os altões da mentira e discriminação, mas vejam senhores presidente, senhores deputados, 118 municípios do PDS, já receberam recursos proporcionalmente idênticos aos que foram distribuídos aos 155 do PMDB, sendo que possui no Paraná 172 Prefeituras. Dos recursos liberados, verbas do salário educação, a

nível Federal também, até a presente data, a distribuição teve este comportamento. Mas quando o governo era do PDS, entre os 35 municípios, aí houve discriminação do PDS, pois eram 27 municípios do PDS contra apenas 8 do PMDB.

É inaceitável a forma incoerente, abusiva e irresponsável, com que tentam invectivar e acusar o governo que se está conduzindo pelos caminhos da decência, da retidão e da imparcialidade.

**O Sr. Roberto Requião** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Tadeu França, a nossa preocupação com o PDS acabou. Pelo que eu li nos jornais: ontem, o PDS dissolveu a sua bancada e criou um governo alternativo, uma espécie de versão de vídeo ou "game" de participação política. E arrepiou carreira também, nesta Assembléia, da CPI da Corrupção. Ele já tendo criado um governo alternativo, vai se preocupar agora com a sua própria corrupção, daqui para frente. Se preocupa também, desta bancada paralela, esse governo paralelo com a eleição de presidentes paralelos aos interesses nacionais. Um desses candidatos paralelos ao governo paralelo, divorciado dos interesses da nacionalidade brasileira, acaba de visitar esta Assembléia, e junto com ele levou quase a totalidade da bancada do PSD, representada neste momento apenas pelo deputado Gilberto Carvalho, que eu mesmo estou confundindo. Não sei se neste momento ele representa o PDS, ou se representa a bancada do governo paralelo, ou se esta bancada paralela já elegeu as suas lideranças. Na verdade, deputado, o PDS está perdido, e nós não devemos nos preocupar tanto com as suas críticas, porque se recusa a participar da CPI da Corrupção, não aparece mais em plenário, correndo atrás de candidatos paralelos.

O deputado continue o seu pronunciamento, mas não carregue mais tanto neste partido que, praticamente está dizimado pelas suas próprias contradições e falta de objetivo.

Muito obrigado, deputado.

**O SR. TADEU FRANÇA** — Muito obrigado, deputado Roberto Requião.

Não só dizimado, como configurado no suporte da antiguidade da falácia, da falsidade, como bem provaram as referências, que fiz questão de documentar nesse pronunciamento.

Devido ao tempo, senhores deputados, citarei apenas uns números globais. Do total de 288 municípios até o momento atingidos, 122 são do PDS e 166 são do PMDB, levando-se em conta que o PMDB tem um número de prefeituras bem superior, no nosso Estado, ao PDS.

Senhor presidente, senhores deputados, irresponsáveis e próprias de um engenho mental de sanidade pública, é a falácia pela falácia. Embora a linha de governo pedessista do passado, tenha efeto tudo por merecer restrições de um PMDB, tendo no passado havido com diferentes medidas pelo arbítrio a nível de executivo estadual, as discriminações propagadas pelo líder do PDS, deputado Luiz Alberto Oliveira, e endossadas pelo deputado Gilberto Carvalho, carecem do menor suporte a nível da mais elementar seriedade, que deve caracterizar a manifestação de um Parlamentar que se preza.

Muito obrigado, senhor presidente, senhores deputados. (Sem revisão do orador).

**O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)** — Consulto à

Liderança do PMDB se fará uso das nove minutos que restam do seu horário.

**O SR. ANTÔNIO FONSECA** — Pelo restante, o nobre Deputado Ferrari Júnior.

Esta presidência registra a presença neste plenário, do deputado federal, Amadeu Gera bem como do deputado federal, Sebastião Rodrigues.

Pela ordem, concedo a palavra ao nobre deputado Ferrari Júnior.

**O SR. FERRARI JÚNIOR** — Senhor presidente, senhores deputados.

O nobre deputado Fonseca diz, no restante, deputado Ferrari Júnior. Nós não queremos fazer uso do restante. Nós havíamos solicitado para fazer uso da palavra, período de dez minutos. Mas, parece que está se tornando praxe nesta bancada, um determinado número de deputados ser preterido em função de outros. Então o que sobrou para nós? Nós não temos o hábito de aproveitar sobras. Nós fizemos o pedido de um tempo, já que esse tempo não nos foi concedido, eu declino, lamentando profundamente mais esta atitude ridícula da nossa bancada, e encaminho às mãos de vossa excelência, o nosso documento, pedindo a vossa excelência que considere esse requerimento ou este pronunciamento lido.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)** — A Mesa defere e transcreverá o seu pedido.

Consulto à liderança do PDS, se fará uso de seu horário.

Com a palavra Sua Excelência o nobre deputado Gilberto Carvalho.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** — Senhor presidente, vou falar por 15 minutos e o restante será usado pelo deputado Airton Cordeiro.

Senhor presidente, senhores deputados

Venho a esta tribuna, para devolver ao deputado Tadeu França, as palavras e os termos usados, as mentiras de seus pronunciamentos, respondendo, em primeiro lugar, que existe a perseguição política. Vou fazer referência, primeiro, na área da educação.

Foi dito que, até agora, o governo pagou aos municípios 658 milhões e 858 mil cruzeiros, palavras ditas neste instante.

O governo do Estado já recebeu do governo federal, através do Ministério da Educação, para pagamento do ensino do primeiro grau, no primeiro semestre, 900 bilhões, 33 milhões e duzentos e setenta e seis cruzeiros; no segundo semestre 996 milhões, 196 mil e 446 cruzeiros; no terceiro trimestre, 247 milhões, 247 mil e 687 cruzeiros. Isto para demonstrativo de repasse do F.N.D.E. em 1983, para pagamento às escolas particulares de primeiro grau, pelo sistema de manutenção de ensino. Mas, recebeu ainda do Ministério da Educação, no global, até agora, 4 bilhões, 516 milhões, 340 mil e 147 cruzeiros. Isto até o dia 13 de agosto de 1983. Por isto eu pergunto: por que ainda não foi pago o total aos municípios? Este município ao qual fiz referência é um deles que me reclamou. Eu não fiz o levantamento em todos os municípios. O município de Fênix, que recebeu, saiu o boletim dia 15, mas só recebeu na terça-feira, esse total de 1 milhão e trezentos; faltam 700 mil cruzeiros ainda, que não foram pagos. Por quê? Mas, foi dito também, pelo nobre deputado Tadeu França na quinta-feira passada, de que o ensino de primeiro grau, dos 7 aos 14 anos, é obrigação do município, de acordo com a Lei 5692. Eu não sei se existe alguma lei superior à Constituição. Na Constituição Federal, no artigo

176, § 3º, item 2, diz: "O Ensino primário é obrigado para todos, dos 7 aos 14 anos, e garantido nos estabelecimentos oficiais". Não diz que é do município. A nossa Constituição Estadual, no artigo 142, diz: "O ensino fundamental do primeiro ciclo ministrado pelo Estado e pelos municípios, é gratuito, devendo o ensino oficial ulterior, ser igualmente gratuito para quantos demonstrando efetivo aproveitamento, provarem falta de insuficiência de recursos". § único - Sempre que possível o poder público substituirá o regime de gratuidade, pela concessão de bolsas de estudo, exigindo posterior reembolso, no caso do ensino de grau superior".

Ond e estão esses 4 bilhões liberados até agora? Por que a compra de vaga não foi paga até agora, aos municípios? Por que a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, que são escolas mantidas pela comunidade, o nome já diz que não existe dono dessas escolas, em cada município instala-se um setor local e esse setor, que é eleito pela comunidade com prazo de mandato, mas eleito sim, com eleição realizada e nomeado o mais votado; estes, assumem, e contratam o seu diretor, o seu professor, e esses alunos carentes que fizeram a sua inscrição para bolsa de estudo, essa escola que luta com dificuldade, que se utiliza da contribuição dos pais, da comunidade, o professor, lecionando abaixo da tabela, para auxiliar a escola; eu pergunto, pode essa escola ficar esperando até o mês de outubro, se vão ser liberadas ou não, as "bolsas" propostas na Fundepar e até agora não pagas? Quantos meses? 10 meses, e escola esperando? O que vai fazer a escola? Dispensar o aluno? Esta não é a medida correta, e isto a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade não faz, como a escola particular às vezes, dispensa. Ela os mantém e por isto as escolas estão lutando com muita dificuldade.

É este o apelo que eu faço ao governo. Não tenho a intenção e nunca venho à tribuna para criticar o partido, o PMDB, porque todos os partidos têm o seu programa a ser cumprido. Existe alguém, às vezes, que falha, mas não posso responsabilizar uma bancada toda.

O governo está falhando, porque está mal assessorado. Então acho que tenho por obrigação, como deputado eleito pelo povo, de vir aqui trazer os seus reclamos e as suas dificuldades.

Estou cumprindo com o meu dever. Estou reclamando de uma realidade e não vejo mentira alguma, pois aqui está o documento do Ministério da Educação conseguido hoje, junto à Delegacia do MEC, com os valores e as datas: o primeiro pagamento liberado de 364 mil, no mês de fevereiro; o segundo de 461 milhões, no mês de março; no dia 13 de abril, 408; no dia 17 de maio, 461; no dia 16 de junho, 173 - isto falando em números redondos em 25 de julho, 461; 173 em agosto mais 697 milhões.

**O Sr. Tadeu França** — Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

Deputado Gilberto Carvalho, há perfeitamente oportunidade de Vossa Excelência ter em mãos, um mapa global, com detalhes poderá vir depois, pela própria Fundepar, com os números apontados pela tribuna, que incluem não só verba estaduais, mas abrangem parte dessas verbas vindas do MEC, apontadas por Vossa Excelência. Além disto, eu não consegui ouvir, na Constituição Federal invocada

por Vossa Excelência, a parte que fala que o ensino de primeiro grau é obrigação do governo estadual.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** — Eu não disse. Foi Vossa Excelência que disse que é obrigação do município. Foi o que Vossa Excelência disse na quinta-feira. Eu não disse que é obrigação do governo estadual. É obrigação do governo federal.

**O Sr. Tadeu França** — É exatamente o que falou o líder da sua bancada, afirmando, taxativamente, que pela Constituição o primeiro grau era obrigação do governo estadual.

Na Constituição Estadual, que é inferior às leis federais, à Carta Magna, o ensino, há participação do Estado e municípios, por uma situação de insolvência, porque acima, a Lei 5692 que disciplina em linha maior a obrigação básica dos municípios, segundo grau - Estado; terceiro - União.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** — Desde quando, outra lei é maior que a Constituição, nobre deputado?

Veja bem: no artigo 176, item 2 da Constituição Federal, o ensino primário é obrigatório para todos de 7 a 14 anos. É gratuito nos estabelecimentos oficiais, e esses professores que estão à disposição do Estado, estão em estabelecimentos oficiais do Estado, e por isso, cabe ao Estado pagar; o grupo escolar na sede municipal pertence ao Estado.

**O Sr. Tadeu França** — E quem disciplinou esse artigo foi o Ministro da Educação do Partido de Vossa Excelência, Jarbas Passarinho, especificando...

**O SR. GILBERTO CARVALHO** — Ministro da Educação não aprova Constituição, nobre deputado.

Vossa Excelência precisa entender que a Constituição foi aprovada pelo Congresso e não pelo ministro.

**O Sr. Tadeu França** — Se o governo estadual assume o primeiro grau, o segundo e o terceiro, não merece as acusações incoerentes de Vossa Excelência, porque, além daquilo que lhe é próprio, está a assumir até o terceiro grau num país onde o governo federal do PDS se mostra inoperante, principalmente, no que diz respeito à educação.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** — A Lei 5692, diz que, gradativamente, vai transferindo aos municípios, mas desde que transfira os recursos e esses 4 bilhões de cruzeiros que veio ao Paraná, até hoje, ainda não foi transferido pelo órgão competente. Por isso que eu não nego inoperância no governo federal neste setor.

Mas vou continuar, nobre deputado, ainda com referência à Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, que o governo que hoje está com tudo na mão para decidir, para corresponder e cumprir aquele seu programa de palanque, de que dava o atendimento necessário ao povo. Esses municípios que ainda não têm o atendimento do governo do Estado, que o governo instale a escola de segundo grau, ou que faça o convênio com a Campanha Nacional de Escola da Comunidade. Mas eu ouvi também, neste plenário, que esta campanha não tem

um bom nível de ensino, mas, porque, se existe uma eleição agora no final do mês de outubro haverá eleições para o novo setor. É muito fácil, aqueles que acharem que a escola não vai bem que participe que assuma o comando da escola e tenho como exemplo, no município que nós disputamos juntos, nobre deputado e que vai mal - é o município de Bom Sucesso. Lá o presidente do setor, que chamei a atenção na semana passada, de certas irregularidades, por falta de relatório e o presidente do setor está entregando.

Está na hora do seu pessoal assumir e comandar a escola, e dar um bom nível de ensino naquele município. Está lá, não há discriminação na Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. Na nossa diretoria estadual que participamos, deputados do PDS e do PMDB, por isso, nesta escola, não tem discriminação política. Aqueles que têm interesse na comunidade, aqueles que querem ajudar, participem e é isto que nós queremos.

Mas lá só tem uma coisa — a eleição é para valer. Aquele que for eleito, assume. Porque nós aqui na Campanha Estadual, garantimos: aquele que for eleito vai assumir, não é o segundo colocado, não.

E, quando eu falo em discriminação não é só no setor de verba. Veja bem, no município de Jardim Alegre, a esposa do ex-prefeito que ajudou na instalação e na manutenção do Centro Social Urbano, na instalação de creche, ajudando na APMI.

No término do mandato do prefeito - seu esposo ela sabendo das perseguições políticas, pediu transferência para Curitiba e aqui estava prestando serviço na Saúde Pública. Mas, aconteceu aquilo que se esperava: uma portaria, uma comunicação a esta funcionária, dizendo que ela estava exonerada para ceder o cargo a uma outra pessoa lá naquele município.

No município de Kaloré, pessoas que fizeram o estágio aqui em Curitiba e no Centro de Saúde, em Apucarana, pago pelo município a despesa de estadia, e do Estado, ministrando aula e preparando esses funcionários — agente sanitário A e B e o que aconteceu: assume o Governo e exonera esses funcionários e nomeia outros, sem estágio, sem coisa alguma. Isso não é discriminação? Mas está na hora, está na hora de pensarmos mais um pouco na comunidade. Está na hora do Governo começar a olhar e nada mais justo, nada mais demonstrativo que esta Escola que eu fazia referência — Campanha Nacional de Escola da Comunidade.

Se é um governo participativo, está aí a escola aberta para todos. Vamos participar, vamos ajudar esta escola. Porque deixar esta escola marginalizada sem qualquer ajuda, é o que está acontecendo. Nesses dez meses até agora, nada recebeu do Governo do Estado.

Sr. Presidente, dada a ausência do nobre deputado Ailton Cordeiro, eu continuo com o horário.

Até agora nada recebemos para dar o atendimento a 116 escolas da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade.

Mas eu criticava e não posso aceitar as palavras usadas contra o Líder da nossa bancada, Luiz Alberto Martins Oliveira, quando disse que o deputado mentia. Está aí uma demonstração de que há discriminação.

Inoperância — eu nada tenho contra a pessoa do Sr. Governador José Richa. Respeito-o. Um homem que teve uma caminhada, que conhece e falou com o povo como Deputado, como Prefeito e chegou ao Governo do Estado! Mas nós temos que reconhecer de que há falhas,

de que está mal assessorado e que há inoperância sim, no Governo em vários setores. Eu devo falar na semana que vem, devo voltar na próxima semana para falar sobre a segurança tão criticada no Governo passado.

É muito fácil, é só consultar a opinião pública, ir na rua ou em qualquer parte e perguntar a comunidade como está a segurança neste Paraná, se está pior ou se está melhor do que no Governo passado. Criticaram o Governo passado e não vejo nada de resultado que possa encobrir as falhas deste Governo, porque todos os Governos que entraram têm o seu serviço prestado. Têm as suas falhas, mas tem serviço prestado ao povo.

No Governo Ney Braga quantas escolas, quanto atendimento, quantas obras atendidas no campo social e em todos os setores. Agora, não é criticando o Governo passado e todos os outros Governos para salvar esse. Nós temos é que procurar consertar as falhas neste Governo. Porque cada um deixa o seu serviço prestado.

Nós, como deputados, passamos por esta Casa, cumprimos com o nosso dever; terminado o nosso mandato nós não vamos deixar o Paraná "às mil maravilhas", pois sempre fica faltando alguma coisa.

Cabe aos nossos sucessores completarem aquilo que nós não pudemos fazer. Mas, não é vir os novos deputados criticar os atuais para salvaguardar suas falhas e cobrir as suas irregularidades.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Gilberto Carvalho nós estamos vendo e ouvindo a Vossa Excelência a dizer uma verdade meridiana. E que, no momento em que defende-se o Paraná, no momento que nós, de nossa bancada, os humildes perdedores, vêm como vossa excelência a traduzir a verdade paranaense, a traduzir, sr. deputado Gilberto Carvalho, permita-me tomar um minuto do seu tempo que os repasses feitos pela Odeon à Secretaria dos Negócios da Educação são coisas certas, verdadeiras e num volume global. Agora, o que não pode, é o que vossa excelência está reclamando, não pode acontecer sr. deputado Gilberto Carvalho, e meus parabéns a vossa excelência, porque este dinheiro é do povo e deve ser obrigado indistintamente em benefício do próprio povo.

Queira, vossa excelência, receber a minha homenagem porque, combativamente, Vossa excelência a traduz o pensamento da nossa bancada e desta trincheira democrática que não quer outra coisa a não ser o bem-estar do Paraná e da sua gente. Queira, vossa excelência, neste momento, sr. deputado Gilberto Carvalho, mesmo que eu perca um minuto do seu tempo de ter o nosso parabéns, a nossa admiração e o nosso muito obrigado ao defender uma causa justa: a que se aplique o dinheiro do povo. E simplificando, sr. deputado Gilberto Carvalho, que fizemos nós, que fez Saul Raiz, que fez Ney Braga? Deu dinheiro para os prefeitos aplicarem em benefício do próprio povo sem assessoria e sem pagar nada, e, hoje, eu faço uma pergunta a vossa excelência e aos ilustres membros da Bancada Situacionista: que estão fazendo?

Muito obrigado, deputado.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** — Agradeço o aparte de vossa excelência.

Mas, senhores deputados, venho à tribuna respondendo às críticas do sr. deputado Tadeu França, mas confesso aos senhores que venho contrariado; não é de meu feitio, não é com satisfação que venho à tribuna, porque eu gosto de vir à tribuna

para discutir assuntos e interesses de uma coletividade junto às duas Bancadas em favor do Estado, em favor da região que nós representamos. Agora, eu ouvia falar em "governo paralelo", eu não acredito em "governo paralelo"; o que nós estamos pedindo, quando nos sentimos discriminados no governo do Estado. Que o Governo Federal, na hora de liberar os recursos são procurados pelo Governo Estadual, na hora de criticar o débito é para o PDS.

O que nós estamos pedindo é que o Governo Federal, ao liberar os recursos pertencentes ao município que libere diretamente aos municípios, e, que nós tomemos conhecimento dessas verbas liberadas, porque senão acontece, o que está acontecendo com o salário-educação, com as verbas do MEC, que liberadas, é dito por aí que o Governo tem dificuldade, porque não recebe ajuda do Governo do Estado. Lamento, ontem, não poder ter ouvido a entrevista do Governador José Richa num canal de televisão, estava eu participando do encerramento do Congresso dos Serventuários da Justiça, que ontem encerrou e não pude ouvir o seu pronunciamento. Mas tomei conhecimento de quantas medidas tomadas, de quantos compromissos saldados, é uma demonstração de que o Estado não estava em situação tão lamentável, que o Estado não estava em situação tão difícil.

Por isso, não adianta virmos aqui criticar o Governo passado. O que nós temos sim, é de analisar a situação atual e como nós vamos resolver: se cabe ao Governo do Estado, se cabe ao Governo Federal cobrar também da nossa bancada, porque não estou aqui para fazer a defesa do Governo Federal, as suas falhas nós temos que reconhecer e combater como representantes do povo, porque, quando nós pleiteamos o voto, quando nós fomos para os palanques, nós não tivemos a cobertura do Governo Federal, nós fizemos a nossa campanha, conversando com o eleitor, conversando com o povo, pregando a nossa meta de trabalho, e esta nós temos que cumprir. Por isso, é preciso que nós nos unamos para sanar certas dificuldades....

O Sr. Ferrari Júnior — Permite um aparte, sr. deputado?

O SR. GILBERTO CARVALHO — Esta crise porque nós passamos é um trabalho conjunto que nós vamos definir, não querer jogar pedra no passado, mas sim, analisarmos o presente para ter um futuro melhor.

Concedo o aparte ao nobre deputado.

O Sr. Ferrari Júnior — Nobre deputado Gilberto Carvalho.

Eu estou acompanhando com muito interesse o seu pronunciamento e bastante atento. Existem pontos em que vossa excelência é feliz no seu raciocínio e existem pontos, contudo, que nos obrigam, evidentemente, a uma manifestação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Com prazer, eu ouço.

O Sr. Ferrari Júnior — Vossa excelência disse há pouco, usando um tom de voz, que eu honestamente não pude entender, que o Governo do Estado do Paraná, vai buscar recursos, junto ao Governo Federal, como se o Governo do Estado do Paraná fosse mendigar, junto ao Governo Federal.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Infelizmente, nobre deputado, vai como vem o Municipal ao Estadual, essa legislação tem que ser mudada, essa legislação absurda tem que ser mudada.

O Sr. Ferrari Júnior — Essa legislação absurda e caduca e este Governo Federal que deveria renunciar para o bem da Nação. Porque quando o governo do Estado, vai buscar o dinheiro junto ao Governo Federal, ele vai buscar a parcela do paranaense, do caboclo da mão grossa, do agricultor que vossa excelência representa com muita dignidade nesta Casa, vai buscar o dinheiro do comerciante, do comerciante, do

industrial, do industrial, esse dinheiro nosso, não tem que mendigar coisíssima alguma junto ao Governo Federal.

Eu acho até, nobre deputado Gilberto Carvalho, que o Governador José Richa, deveria agir com mais energia, quando tratar do Governo Federal, o Governo do Estado do Paraná que contribui com esta Nação, com praticamente tudo que esta Nação precisa, não pode e não deve andar de chapéu não mão; deve exigir do Governo Federal a atenção que o povo do Paraná merece e não permitir, que o Presidente da República trate o povo do Paraná da maneira como ele tratou os Prefeitos de todo Brasil, presentes recentemente em Brasília, dando verdadeiro coice nos Prefeitos de todo o Brasil. Isso nós não podemos aceitar.

É lamentável ouvir um depoimento desta natureza, como se o Governo do Paraná, estivesse a mendigar recursos junto ao Governo Federal.

Eu gostaria de concluir, se o ilustre Deputado me permitisse.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Vossa excelência pode concluir.

O Sr. Ferrari Júnior — Concluindo então, vossa excelência, eu não quero tomar o seu tempo. É preciso que o Governo do Estado do Paraná, a exemplo de outros Governos Estaduais, pare de mendigar, assim como os Prefeitos Municipais, não podem e não devem mendigar junto aos Governos Estaduais, porque é obrigação dos Governos dos Estados atender muito bem os municípios, porque um município vive muito bem sem o Estado, sem o Governo do Estado; o Governo do Estado não vive sem o Governo Municipal e a Nação, o Governo Federal não vive nunca, sem os Governos Estaduais e sem os Governos Municipais.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nobre deputado, quando eu disse que o Governo vai buscar recursos do Governo Federal, de maneira alguma eu estou recriando o Governo do Estado, em absoluto, infelizmente, com esta Legislação que nós temos, essa Legislação Tributária, é quase que correta a palavra que vossa excelência disse, mendigando sim, 'Governo Estadual e os Prefeitos Municipais, é preciso que haja uma descentralização e nós só vamos conseguir isso, nobre Deputado, o dia que os Poderes Legislativos possam falar com mais independência, que nós chegamos nesta Casa, para unidos defender o interesse do povo, sem querer vir aqui ocupar um expediente todo, ocupar um expediente todo, querendo cobrir, às vezes, o presente com coisa do passado. O que nós temos é que unir e ver as falhas e criticar sim, lutar para que haja esta reforma, se nós não conseguirmos agora, neste ano, vamos continuar nesta luta, porque esse é um trabalho nosso, de deputados, dos dois partidos, ou de todos os partidos representados neste Brasil, por isso é preciso que haja mais independência, que a gente que chega nesta Casa, o deputado que correu de água em água, que visitou os seus municípios chegue aqui.

(Tumulto no plenário)

O Sr. Ferrari Júnior — Nós precisamos que entre eleições diretas, em todos os níveis, excelência. Eu sei que vossa excelência concorda conosco; daí o respeito muito grande que eu tenho por vossa excelência e vossa excelência sabe disso. O que é preciso, neste País, indiscutivelmente, aquilo que nós estamos lutando e que precisamos de eleições diretas em todos os níveis, para que os governantes.

(Tumulto no plenário)

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nós haveremos de chegar, nobre deputado, tenho certeza.

Eu concedo o aparte ao nobre deputado Gabriel Manoel. — (Sem revisão do orador)

O Sr. Gabriel Manoel — Sr. deputado Gilberto Carvalho, eu agradeço vossa excelência, vou ser rápido, o deputado que o aparteu, é um jovem dinâmico, mas quer dois pesos e duas medidas. Então eu lhe diria solicitar aos srs. secretários, ao senhor Governador, que cessassem as perseguições políticas dos prefeitos, senhor deputado.

O Sr. Ferrari Júnior — Mas, diga quais são as perseguições, excelências, queremos fatos, excelência queremos fatos.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está com a palavra o sr. deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) — Artigo 97.

O deputado Gilberto Carvalho cedeu-me o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está com a palavra o sr. deputado Gilberto Carvalho que pode conceder o aparte a vossa excelência.

O Sr. Gabriel Manoel — Muito obrigado, sr. presidente, pela discriminação.

Os homens querem tudo, mas eles não vêem que estão perseguindo os prefeitos do PDS. Eles não vêem e é como o canto de sereias, sr. deputado.

O Sr. Ferrari Júnior — Queira citar fatos.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Presidência solicita ao “fogososo” deputado Ferrari Júnior que obedeça a palavra que está com o deputado Gilberto Carvalho, cedendo aparte a sua excelência, sr. deputado Gabriel Manoel.  
O Sr. Gabriel Manoel — Sr. deputado, então, já que o deputado Ferrari Júnior está tão transtornado, ele quer fazer um paralelo entre o Governo Federal e o Governo Estadual.

Não vou criticar o Governador José Richa.

Mas, as exonerações em massa, o pouco caso para os prefeitos...

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está encerrado o horário de vossa excelência, sr. deputado Gilberto Carvalho.

Pela ordem, concedo a palavra ao sr. deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. presidente, declino.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) — Sr. presidente, artigo 97.

Eu não declino, sr. presidente, porque covarde é aquele que se dá por vencido antes de começar a luta.

O sr. deputado Ferrari Júnior, justifica muito bem a falta do Governo Federal, e, nós justificamos, sr. presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sr. deputado Gabriel Manoel, a Mesa lamenta, mas não está sendo infringido nenhum artigo do regimento e vossa excelência está fazendo um pronunciamento.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) — Está porque, eu estou argumentando o que ele falou ao deputado Gilberto Carvalho.

Vossa excelência veja o artigo 97 e no artigo 98, vossa excelência pode cassar a minha palavra. Ou vossa excelência é democrático, ou vossa excelência não é democrático, porque nós sabemos que no artigo 97 eu posso pedir a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está encerrada a

Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA.

com a presença de 58 srs. deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do sr. deputado Mário Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria da Comissão Executiva, devidamente apoiada, constante do expediente. Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. deputado Djalma de Almeida Cesar, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

O SR. GABRIEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, artigo 97.

Queria me inscrever para Explicações Pessoais, porque já que existe ditadura, nós vamos começar a brigar com a ditadura.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa defere a solicitação de vossa excelência e o inscreve para Explicações Pessoais.

Projeto de lei de autoria do sr. deputado Djalma de Almeida Cesar, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 06/83, estabelecendo que as dotações consignadas no Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, destinada à Subvenção Social, será aplicada por indicação dos senhores deputados e dá outras providências. — **Aprovado.**

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 06/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
RESOLVE.

Art. 1.º — A dotação consignada no Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, destinada à Subvenção Social, será aplicada, por indicação dos deputados, nos termos do estabelecido nesta Resolução.

Art. 2.º — O deputado indicará a aplicação do seu crédito, para atender as seguintes despesas:

I — Subvenções a instituições privadas;

II — Auxílios a pessoas carentes na aquisição de material e serviços assim especificados:

a) passagens e mudanças;

b) medicamentos hospitalares, cadeiras de rodas, aparelhos ortopédicos, aparelhos auditivos e visuais;

c) serviços funerários;

d) material didático;

e) equipamentos de trabalho;

f) material de cama, agasalho e alimentação;

g) hospedagens e refeições; e,

h) serviços essenciais prestados por entidades particulares.

III — Auxílios materiais a entidades de assistência social, culturais, esportivas e artísticas, sem fins lucrativos.

IV — Pagamento diretamente a pessoas carentes.

Art. 3.º — É assegurado a cada deputado o crédito anual mínimo de duzentos e noventa (290) maiores valores de referência, tomando como base no valor de referência em vigor a 1.º de maio do ano imediatamente anterior ao início da vigência dos créditos.



Parágrafo único — Aos suplentes de deputados, quando convocados, caberão cotas proporcionais ao número de meses em que estiverem no exercício de mandato.

Art. 4.º — As liberações serão feitas por duodécimos, até o quinto dia de cada mês, por determinação do Primeiro Secretário ao Departamento de Finanças.

§ 1.º — Os empenhos e registros dos créditos obedecerão a legislação atinente a adiantamento, englobando-se, para efeito, as parcelas liberadas no exercício.

§ 2.º — Os créditos dos deputados serão processados pela Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais (CEAS).

Art. 5.º — O deputado determinará, através de formulários próprios e sob sua responsabilidade, ao departamento de Finanças para que efetue os pagamentos dos auxílios ou subvenções.

Art. 6.º — As subvenções a auxílios concedidos a instituições privadas somente poderão ser concedidas com obediência às seguintes condições:

- a) serem sediadas no Estado do Paraná e possuam personalidade jurídica há mais de um (01) ano;
- b) estejam em pleno exercício de suas atividades;
- c) não remunerem, a qualquer título, os cargos de Diretoria e não distribuam lucros, bonificações ou vantagens a seus dirigentes e mantenedores sob nenhuma forma ou pretexto;
- d) promovam educação, assistência social, exerçam atividades científicas, culturais ou outras atividades correlatas de caráter geral e sem discriminação.

§ 1.º — As entidades beneficiadas com as subvenções regulamentadas por este artigo, para receberem as subvenções nos exercícios subsequentes, deverão obrigatoriamente, prestar contas, à Comissão de Tomada de Contas do Poder Legislativo, da aplicação das importâncias recebidas nos exercícios anteriores.

§ 2.º — Excetuam-se da obrigação prevista no § 1.º, as entidades que receberem subvenções de valor igual ou inferior a dois (02) valores de referência regional, fixado no início do exercício da concessão, ficando neste caso à disposição da Comissão de Tomada de Contas, por cinco (05) anos, os documentos comprobatórios da aplicação do benefício.

Art. 7.º — Os auxílios previstos no item "h", do artigo 2.º, serão pagos mediante processo em que deverá constar:

- a) o nome do estabelecimento que prestou o serviço;
- b) comprovação de que vem funcionando de acordo com a legislação em vigor e que está situado no Estado; e,
- c) relatório do destino do valor liberado.

Art. 8.º — Os auxílios a pessoas carentes, previstos no inciso II, do artigo 2.º desta Resolução, serão pagos pelo Departamento de Finanças diretamente às entidades fornecedoras do material ou fornecedoras do serviço.

Parágrafo único — Os pagamentos a que se refere este artigo serão liberados mediante a apresentação da primeira via da nota fiscal correspondente, devendo constar, obrigatoriamente, no processo a relação das pessoas assistidas, devidamente individualizadas.

Art. 9.º — Os pagamentos serão feitos mediante cheques nominais, servindo como comprovante a cópia do cheque, assinado pelo deputado ou responsável pela empresa ou entidade.

Art. 10 — O pagamento a que se refere o inciso IV, do artigo 2.º, desta Resolução, será feito diretamente a pessoas desprovidas de recursos financeiros e bens materiais, mediante autorização do deputado e contra-recibo.

§ 1.º — Na hipótese do beneficiário residir no interior ou solicitar o auxílio quando não houver expediente na Assembléia Legislativa, poderá o deputado adiantar a importância, para posterior reembolso junto à Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais, mediante apresentação de recibo do beneficiário.

§ 2.º — A quantia máxima a ser concedida, por pessoa, será o equivalente a um (01) maior valor de referência.

Art. 11 — Somente serão processadas as indicações e determinações de pagamento que estiverem em condições de contabilização, no Departamento de Finanças, até o dia 10 de dezembro do exercício do crédito.

Art. 12 — Após o encerramento do exercício a Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais, com o visto do Diretor Financeiro, providenciárá as prestações de contas individuais de cada deputado, enviando-as com um relatório à Comissão de Tomada de Contas, que, aprovando-as, determinará o recolhimento de saldos, autorizando a baixa de responsabilidade junto à Contabilidade Geral.

Art. 13 — Fica prorrogado, por 30 (trinta) dias, a partir da publicação da presente Resolução a determinação contida nos parágrafos 1.º e 2.º do artigo 3.º da Resolução n.º 19/69.

Art. 14 — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de setembro de 1983.

(aa) EDMAR LUIZ COSTA — Presidente  
GILBERTO CARVALHO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 82/83, (Mensagem n.º 73/83), que aprova convênio celebrado em 13/05/83, entre o Governo do Estado do Paraná e a URBS, com interveniência do Município de Curitiba e objetivos que especifica. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 82/83 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 13 de maio de 1982, entre o Governo do Estado do Paraná e a URBS - Urbanização de Curitiba S.A., com a interveniência do Município de Curitiba, objetivando transferir ao Estado do Paraná:

- a) os imóveis que compõem o Terminal de Cargas localizado no perímetro da Cidade Industrial de Curitiba, com área global de 755.443,09 m<sup>2</sup>;
- b) o imóvel de apoio ao Terminal do Portão, constituído pelo terreno com 2.050,65 m<sup>2</sup> e, edificação com 4.827,55 m<sup>2</sup>.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de setembro de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente  
GILBERTO CARVALHO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 27/83, que autoriza o PODER EXECUTIVO a doar ao Município de Campo Mourão o imóvel que especifica. — **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 29/83).**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 68/83, que declara de utilidade pública a "Loja Maçônica Luiz e Esperança", com sede e foro na cidade de Mandaguaçu. — **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 59/83).**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 99/82, que declara de utilidade pública a "Obra Social Santo Expedito", com sede nesta Capital. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 99/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a "OBRA SOCIAL SANTO EXPEDITO", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de setembro de 1983.

(aa) Amélia Hruschka - Presidente;

Gilberto Carvalho - Relator.

3.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 82/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 62/83, que objetiva cancelar débitos para com a Fazenda Estadual, existentes até 31/12/83, decorrentes de responsabilidade funcional e dá outras providências Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 94/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 69/83) que subscreve aumento de Capital da MINEROPAR, mediante integralização pela incorporação do imóvel de propriedade do Estado, situado à Av. Konrad Adenauer, no bairro do Tarumã, desta Capital, com características que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 100/83, de autoria do DEPUTADO Luiz Alberto de Oliveira, que denomina "GOVERNADOR PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA", o edifício sede da Companhia de Energia Elétrica — COPEL. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 105/83, de autoria do DEPUTADO MÁRCIO ALMEIDA, que declara de Utilidade Pública a "UNIÃO PARANAENSE DOS ESTUDANTES — U.P.E.", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 106/83, de autoria do DEPUTADO TADEU FRANÇA, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO À MATERNIDADE E A INFÂNCIA — A.P.M.I.", com sede e foro no Município de Santa Fé. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 115/83, de autoria do DEPUTADO TADEU LUCIO MACHADO, que declara de Utilidade Pública a "LIGA PLATINENSE DE FUTEBOL", com sede e foro no Município de Santo Antônio da Platina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 89/83, (Mensagem n.º 64/83), de autoria do PODER EXECUTIVO, para reverter ao Patrimônio do Estado, o imóvel situado nesta Capital, à rua Presidente Carlos Cavalcanti, esquina rua João Manuel, conforme transcrição n.º 56.788, às Fls. 88, do Livro 3-V, do Cartório da 1.ª Circunscrição do Registro de Imóveis desta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T. e EMENDA da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

## PROJETO DE LEI Nº 89/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a promover a reversão ao patrimônio do Estado, do imóvel situado à rua Presidente Carlos Cavalcanti n.º 1.157, esquina da rua João Manoel, nesta Capital, que, conforme transcrição n.º de Ordem 56.788, da página 88, do Livro 3-V, de transcrição das transmissões do Cartório do Registro de Imóveis da 1.ª Circunscrição da Comarca de Curitiba, foi transferido à Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR.

Parágrafo único — Em consequência do disposto no "caput" deste artigo, o Poder Executivo poderá tomar medidas no sentido de compatibilizar o capital da PARANATUR, mediante dotações orçamentárias ou transferência de outro imóvel de igual valor.

Art. 2.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 89/83

Oriundo de mensagem Governamental n.º 64/83, o presente Projeto de Lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a determinar medidas legais visando a reversão ao Patrimônio do Estado, de imóvel que especifica, transferido à Empresa Paranaense de Turismo - Paranatur.

A medida proposta, como esclarece mensagem, visa proporcionar condições para adequar as necessidades determinantes da vinculação promovida pelo Poder Executivo da Paranatur - Empresa Paranaense de Turismo, à Secretaria de Estado da Cultura e Esporte.

Legal e constitucionalmente, a matéria não encontra qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, deixando-se o mérito da questão à consideração da comissão de Turismo que por certo irá analisá-la posteriormente.

No entanto, entende este Deputado, que para cumprir antiga aspiração da classe estudantil paranaense, deva ser o imóvel destinado ao uso da União Paranaense do Estudante - UPE.

Dotada de personalidade jurídica, a entidade preenche os requisitos legais para receber em comodato o prédio cuja reversão ao patrimônio do Estado ora se pretende.

Tal medida consulta aos elevados interesses da administração, sendo ainda de alto alcance social.

De tal perspectiva, entendemos ser de toda economia processual fazer incluir no bojo do Projeto de Lei a destinação do imóvel em questão à União Paranaense do Estudante - UPE.

É neste sentido que apresentamos a Emenda em anexa.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 09 de agosto de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente  
CAÍTO QUINTANA - Relator

## EMENDA AO

## PROJETO DE LEI Nº 89/83

Acrescente-se onde couber:

Art. — Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em comodato, por tempo indeterminado, à União Paranaense de Estudantes, o imóvel objeto desta lei.

## COMISSÃO DE TURISMO

Parecer ao Projeto de Lei n.º 89/83

Oriundo de mensagem Governamental n.º 64/83, o presente Projeto de Lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a determinar medidas legais, visando a reversão ao Patrimônio do Estado, de imóvel que especifica, transferindo à Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR, com a emenda que especifica a futura utilização do referido imóvel, qual seja, a

cessão em regime de comodato à União Paranaense dos Estudantes.

Considerando que esta medida virá a possibilitar melhores condições de funcionamento à PARNATUR, Empresa fundamental para o desenvolvimento econômico do Estado do Paraná, pois poderá esta providenciar instalações melhores e mais adequadas para exercer suas atividades de elevada relevância social.

Considerando a aprovação por unanimidade pela egrégia Comissão de Constituição e Justiça, que informa nada haver legal e constitucionalmente capaz de impedir a aprovação do referido Projeto de Lei.

Considerando o elevado alcance social da devolução à UPE do próprio que lhe serviu de sede durante muitos anos, e que transformou-se em patrimônio moral e tradicional da juventude universitária paranaense, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei n.º 89/83, com a emenda apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, por constituir-se de matéria de interesse social, de interesse da PARANATUR e por atender os interesses da União Paranaense dos Estudantes, sem nenhum prejuízo do Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em

(aa) DONATO GULIN — Presidente  
SÉRGIO SPADA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 44/83, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS que acresce ao art. 23 do Regimento Interno um inciso com seus respectivos parágrafos, e que autoriza à Mesa, promover em caráter experimental, estágios de trabalho em seus serviços legislativos e administrativos, para universitários de todo o Estado. Com pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF, CRH e COMISSÃO EXECUTIVA, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 44/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1.º — O art. 23 do Regimento Interno, fica acrescido no seguinte inciso e parágrafos:

Art. 23 — ... ..

I — ... ..

II — ... ..

III — ... ..

IV — Cabe à Mesa promover, em caráter experimental, estágios de trabalho em seus serviços legislativos e administrativos, para universitários de todo o Estado.

§ 1.º — A inscrição será feita atendendo a regulamentação baixada pela Mesa;

§ 2.º — O número de estagiários e a duração do estágio reger-se-ão por Regulamento baixado pela Mesa;

§ 3.º — Os estagiários estarão sujeitos ao regimento disciplinar dos funcionários da Secretaria da Assembléia e obedecerão as normas fixadas pela Mesa quanto aos locais e horários de trabalho;

§ 4.º — As despesas decorrentes do disposto neste inciso constarão do Orçamento;

§ 5.º — Ao término do estágio, cada estagiário apresentará um relatório escrito e receberá um certificado nos termos do Regulamento baixado pela Mesa.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1983.

(a) TRAJANO BASTOS

**JUSTIFICATIVA:**

1 — A presença de jovens universitários na Casa de Leis — em programas de estágio supervisionado — permitirá um sopro saudável de renovação e atualização no nível médio de conhecimentos disponíveis entre os profissionais que servem à nossa

Casa de Leis, porque então tomarão conhecimento dos últimos avanços científicos nos importantes campos do Direito, da Administração, da Economia e das Ciências em Geral;

2 — Doutro lado, os jovens universitários, em contato com servidores amadurecidos na função de assessoramento técnico-legislativo, poderão receber a permeação da experiência temperada com senso prático de dezenas de profissionais de alto nível que a Assembléia ostenta;

3 — Ademais, a vivência experimental das atividades que constituem o processo legislativo levará os estudantes estagiários a recolherem um conhecimento direto da relevância da função legislativa dentro do contexto da Democracia. A atuação do parlamentar nas duas outras funções adicionais, de representação das correntes de opinião politicamente representativas, e de fiscalização dos Atos do Poder Executivo, será também oferecida ao estágio em primeira mão, com toda sua inteireza;

4 — Estes elementos justificam amplamente a proposição que ora apresentamos.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Parecer ao Projeto de Resolução n.º 44/83

O Projeto de Resolução n.º 45/83, de autoria do nobre Deputado Trajano Bastos, que acrescenta dispositivos ao Art. 23, do Regimento Interno desta Casa, conferindo à Mesa competência para patrocinar, em caráter experimental, estágios de trabalho em seus serviços legislativos e administrativos, destinados a estudantes universitários de todo o Estado.

A iniciativa, sem dúvida, é das mais meritórias, pois, enquanto confere aos estudantes uma oportunidade de sentir e valorizar o processo legislativo dentro de um contexto democrático, proporciona também aos funcionários desta Assembléia uma visão rejuvenescida e valorizada de suas atribuições.

Nestas condições, não sendo o projeto eivado de qualquer vício de natureza legal e constitucional, somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 31 de maio de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente  
ANIBAL KHURY — Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS**

Parecer ao Projeto de Resolução n.º 44/83

Em princípio o projeto tem procedência, porque permitirá alargar os horizontes de trabalho da Assembléia e divulgar melhor para o meio externo a obra do Poder Legislativo.

Mas é preciso ressaltar a realidade de que, atualmente, a Assembléia Legislativa está sob severa redução do nível de estruturação, dada a defasagem por todos conhecida a que foi submetida ao longo de anos.

Assim, quer nos parecer que abrir a Casa à frequência prolongada de jovens estudantes, em vez de contribuir positivamente para a imagem do Poder, acabará afetando a visão que os acadêmicos possam possuir desta Casa.

Por isso, somos favoráveis à implantação do Programa de Estágio Universitário em duas fases:

1ª fase — Estágio de Informação de Curta Duração.

2ª fase — Estágio de Complementação Universitária.

Quanto ao aspecto financeiro, a que é chamada a opinar esta Comissão, temos que o presente Projeto de Resolução encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Nestas condições, o parecer é favorável a aprovação da matéria.

Sala das Comissões,

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente  
EZEQUIAS LOSSO — Relator

**COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS**

Parecer ao Projeto de Resolução n.º 44/83

Visa o nobre Deputado Trajano Bastos, com o presente Projeto de Resolução, estabelecer estágio em caráter experimental, a universitários paranaenses, sobre os trabalhos deste Poder Legislativo.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável das doudas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

No âmbito da Comissão de Recursos Humanos, temos que a matéria é oportuna e virá em benefício do Poder Legislativo, quando permitirá o contato com as forças jovens que integram as universidades paranaenses, e serão a elite da nossa sociedade no futuro.

A vivência do universitário com os integrantes do Poder Legislativo ocasionará uma saudável divulgação e conhecimentos dos problemas sócio, econômico, cultural, político e administrativo que são tratados cotidianamente nesta Casa, pelos seus parlamentares, representantes autênticos da nossa sociedade.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) ODENI MONGRUEL — Presidente e Relator

**COMISSÃO EXECUTIVA**

Parecer ao Projeto de Resolução n.º 44/83

SÚMULA: Acresce ao Art. 23 do Regimento Interno, inciso com os parágrafos que especifica.

O Projeto de Resolução n.º 44/83, de autoria do Deputado Trajano Bastos, ao acrescentar o Art. 23 do Regimento Interno de um inciso, que toma o número IV, atribui à Mesa a promoção, em caráter experimental de estágios de trabalho em seus serviços legislativos e administrativos, para universitários de todo o Estado.

Tratando-se de iniciativa que tem como finalidade proporcionar aos jovens cadêmicos uma visão global do Poder Legislativo, do seu modo de atuação na representação e defesa dos interesses populares, de seus problemas e da sua realidade quer nos parecer que a sua implantação virá, sem sombra de dúvida, aproximar o Poder Legislativo dos jovens de hoje, que serão os dirigentes de amanhã, ensinando-lhes, juntamente com a técnica legislativa, o respeito e, quem sabe, a admiração por uma instituição que representa a maior conquista dos povos, em todos os tempos: o direito de ser ouvido, de influir nas decisões governamentais e de se fazer representar junto aos poderes públicos.

Nestas condições, esta Comissão Executiva, não apenas acata a idéia de seu presidente, como a aplaude e opina pela sua imediata aprovação.

Sala das Comissões, em

(aa) TRAJANO BASTOS — Presidente

GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência registra, nesta Casa de Leis, do Sr. e Sra. Osvaldino Chaves do Diretório do PMDB de Ivaiporã.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Tuguio Setogutte, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Associação dos Supermercados do Estado do Paraná, pela medida que visa conter pelo prazo de 45 dias, os preços de 21 gêneros alimentícios, bem como diversos produtos de limpeza. — Em discussão.

O SR. FERRARI JÚNIOR — (Pela ordem) — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a implantação de uma agência do IPE, no Município de Barbosa Ferraz. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, encarecendo a doação de livros para a constituição de uma Biblioteca na Escola Emílio de Menezes, no Município de Peabiru. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a implantação de uma Agência do IPE no Município de Mamborê. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando o envio de recursos financeiros para a recuperação de pontes e bueiros no Município de Campina da Lagoa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, contante do expediente, solicitando voto de congratulações à Cooperativa Agropecuária Mourãoense, pela aprovação do projeto prevendo a construção de uma Usina de Alcool no Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando o adiamento por dez sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei n.º 82/83, constante da Ordem do Dia de hoje. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, no sentido de que autorize a "compra de vagas", das escolas, bem como o pagamento aos municípios do percentual devido, ou seja cinquenta por cento relativo aos vencimentos dos professores municipais à disposição do Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretários da Indústria e do Comércio, Diretor-Presidente do BADEP e Diretor Superintendente do CEAG - Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Paraná, visando a inclusão no Plano de PROMICRO/84, do Município de Guaraniaçu. — Em discussão. — **Aprovado.**

O SR. FERRARI JÚNIOR — Requeiro verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa defere e vai proceder a verificação de votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Solicito de Vossa Excelência a leitura da súmula do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) (Lê)

O SR. GILBERTO CARVALHO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Presidência procederá a verificação de votação, atendendo solicitação do Sr. Deputado Ferrari Júnior.

(É procedida a verificação de votação)

Dezesseis Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há "quorum para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 04, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 55, 56, 68, 70, 71 e 72/83.

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 105, 106 e 115/83.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 89/83.  
e do Projeto de Resolução n.º 44/83.  
Levanta-se a sessão.